MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais

NOTA TÉCNICA N^o 544 /2009/COGES/DENOP/SRH/MP

ASSUNTO: Pagamento de PSS/Interrupção de licença para acompanhar cônjuge

Referência: Processo n^o [REDACTED]

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O presente processo iniciou-se com a consulta da servidora [REDACTED] lotada na 10^a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, a respeito do valor a ser recolhido referente à contribuição para o Plano da Seguridade Social do Servidor Público – PSS durante o seu afastamento para acompanhar cônjuge baseado no art. 84 da Lei n^o 8.112/90.

ANÁLISE

2. No desenrolar dos autos, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça suscitou a possibilidade do referido afastamento ser interrompido e a servidora em epígrafe ser removida para a 5^a Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Boa Vista, no Estado de Roraima, onde ela se encontra residindo, conforme despacho acostado às fls. 46.

3. De acordo com o referido despacho a licença para acompanhar o cônjuge seria interrompida e ela deveria retornar ao Estado da Bahia para depois ser providenciada sua remoção para Roraima, fato que causaria o fracionamento da família, em contraponto ao artigo 226 da Constituição Federal de 1988, pelo que se depreende da transcrição a seguir:

“ Encaminha-se o presente processo à 10^a-SRPRF/BA, para conhecimento e demais providências de sua competência, esclarecendo que deverá ser providenciado o retorno da servidora às atividades normais do seu cargo efetivo, o mais rápido possível, devendo a mesma manifestar formalmente sua intenção em prestar serviço na 5^a DPRF/RR, quando, então, providenciaremos sua remoção para aquele Distrito, na modalidade “a pedido” sem ônus para este Departamento.”

4. Vale destacar que a Divisão de Recursos Humanos da Coordenação supracitada havia enfatizado que o objetivo principal da licença era de evitar o fracionamento da família nos moldes do texto constitucional, porém suscitou que deveria ser concedido o exercício provisório à servidora em outro órgão ou entidade Federal, caso não existisse Unidade da Polícia Rodoviária Federal naquela localidade, mas que, entretanto, não caberia tal providência pois a licença já estava em vigor, como se extrai de parte do Despacho nº 574/2006 – DIREC/ACRH/DPRF (fls. 44/45), *in verbis*:

“4. Assim sendo, entendemos que poderia ter sido concedido o exercício provisório à servidora em tela, em qualquer órgão público federal existente em Boa Vista/RR, caso, ainda, não existisse Unidade da Polícia Rodoviária Federal naquela localidade, na época da concessão de licença, entretanto, essa providência, agora, não vem ao caso, uma vez que a servidora encontra-se em pleno gozo da licença solicitada.

5. No entanto, considerando que a concessão da licença tem por objetivo principal evitar o fracionamento da família, a qual tem a proteção especial do estado, no termos do artigo 226 da CF/88, concluímos que o retorno da mencionada servidora às atividades normais do seu cargo efetivo não trará nenhum prejuízo a sua família, uma vez que a mesma poderá ser lotada no 5º-DRPRF/RR, localizado na capital do estado do Roraima, onde reside atualmente.”

5. À época em que o pedido da servidora foi formalizado, a legislação não previa o exercício provisório em outro órgão ou entidade da União como uma possibilidade para o servidor acompanhar o seu cônjuge que houvesse sido deslocado. Somente a partir de 10 de dezembro de 1997, o § 2º incorporou-se ao art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990. Assim, no ano 1994, quando deferida a licença para a servidora, não havia fundamento legal para a concessão do exercício provisório, sendo a licença o meio eficaz para atender à pretensão e resguardar a unidade familiar.

6. Porém, em virtude do tempo decorrido, visto que a licença perdura desde 1994, e considerando a instalação da 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Boa Vista, no Estado de Roraima, a Divisão de Recursos Humanos do DPRF entendeu que a remoção seria a providência capaz de atender ao interesse familiar de [REDACTED] E [REDACTED] concomitante com o interesse público, suprimindo parte da carência de força de trabalho.

7. Nessa feita, a requerente expôs sua irresignação em seus argumentos pormenorizados nas fls. 52/56, bem colocados de forma pontual no Parecer nº 39/2007/SE/SPOA/CGRH da Assessoria Jurídica do Ministério da Justiça, de 20 de setembro de 2007, (fls. 93/98), do qual aproveitamos a redação abaixo:

- a. *que a referida decisão lhe causou perplexidade diante de sua ilegitimidade;*
- b. ***que atualmente reside em Roraima, amparada pela licença sem remuneração, por tempo indeterminado, regularmente concedida. Que é impossível retornar ao serviço no Estado da Bahia, sem causar grave dano a unidade familiar;***
- c. *que deseja continuar gozando licença sem vencimento por tempo indeterminado;*
- d. *que lhe assiste o direito de permanecer no gozo da licença, diante do que dispõe a lei nº 8.112/90 art. 84, § 1º “ A licença será por tempo indeterminado e sem remuneração”;*
- e. *que da leitura não se vê o estabelecimento de nenhuma situação para o obrigatório encerramento, pela administração. **Chega à conclusão de que somente no caso de cessação da atual condição geradora, haveria necessidade de se formular novo processo administrativo para esse fim.***
- f. *que o ato unilateral e abrupto da administração quanto ao cancelamento da licença, sem demonstração do interesse da administração, nem processo administrativo formado, sem haver feito pedido, permanecendo ainda a condição geradora que lhe legitimou a tal licença, entende ser completamente desprovido de legítima motivação e merece ser revisto;*
- g. *que não vê legítima motivação para mencionada decisão que importa em revogação de um ato administrativo (concessão de licença sem vencimentos, por tempo indeterminado) entendendo também serem inidôneos os fundamentos jurídicos invocados (grifos nossos)”*

8. Portanto, conforme as disposições do Ofício nº 123/DIORC/COGLE/DENOR/SRH/MARE, de 14 de outubro de 1997, com trecho citado no Parecer nº 39/2007/SE/SPOA/CGRH/AJ, às fls. 95, o órgão consultante do Ministério da Justiça aludiu que não haveria a necessidade do retorno da requerente para a localidade de lotação original, isto é, o Estado da Bahia, baseado na orientação de que o *caput* do artigo 84 da Lei nº - 8.112/90, utilizando a acepção do verbo “poderá”, denota a possibilidade de transformar em exercício provisório a licença para acompanhar cônjuge. Segundo esse Ofício o desempenho das atividades inerentes do cargo na mesma localidade ao qual o cônjuge de servidor for deslocado não traz prejuízo à família.

9. Logo a alegação da requerente de que a mudança de lotação ou a lotação provisória somente poderiam ser cogitadas pela Administração quando da concessão do benefício (até o momento do deslocamento) e não depois de iniciado o usufruto de tal licença é descabida porque, como mencionado no Ofício nº 123/DIORC/COGLE/DENOR/SRH/MARE, a lei concedeu discricionariedade ao administrador de poder ou não conceder a licença e assim interrompê-la ou transformá-la no exercício provisório, visando resguardar o interesse público, desde que fosse respeitada a instituição familiar como preceitua a Carta Magna e a finalidade do dispositivo infra-constitucional, o art. 84 sob análise.

10. Consoante aos preceitos fulcrados no art. 37 da CF/88, reforçados no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o interesse público e a eficiência são princípios basilares da atuação da Administração Pública e de seus agentes, por isso, a interpretação do art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, deve garantir o atendimento do fim público a que se dirige. Destarte, o regramento em foco versa sobre uma licença, que no significado da própria palavra no vocabulário português quer dizer uma permissão, faculdade, autorização ou assentimento, pressupondo-se um termo ou uma aprovação.

11. Nesse sentido, o termo “tempo indeterminado” encontrado no § 1º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, portanto, deve ser interpretado em conformidade ao ditame do inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784/99, portanto, significa que a licença perdurará durante o período de deslocamento do cônjuge do servidor, isto é, como se fosse subtendido uma situação provisória. Tanto que o § 2º do mencionado art. 84 instituiu a figura do exercício **provisório**, aplicável caso houvesse outro órgão ou entidade onde o servidor pudesse desempenhar suas atividades profissionais em prol dos serviços públicos.

12. De maneira complementar deixou claro a partir do verbo “poderá” que o deferimento do afastamento é discricionário sob duas oportunidades de concessão, uma pelo *caput* do art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, combinado com o § 1º desse dispositivo, por tempo “indeterminado” e sem remuneração, e outra consubstanciada em seu § 2º, utilizado quando houver outro órgão da administração no qual possam ser exercidas as atribuições do cargo.

13. Para melhor elucidar as explicações supra, valemo-nos do seguinte supedâneo legal:

- Constituição Federal de 1988:

“ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** ...”

- Lei nº 9.784/99:

“ Art. 2^o A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, **interesse público e eficiência**.”

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

- Lei nº 8.112/90:

“

Seção III

Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge

Art. 84. **Poderá** ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1^o A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

§ 2^o No deslocamento de servidor cujo cônjuge ou companheiro também seja servidor público, civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)” (grifos acrescidos)

14. Destarte, os ditames do art. 53 da Lei nº 9.784, de 1999, prevêem que Administração Pública Federal poderá revogar a qualquer tempo, por razões de conveniência e oportunidade, os seus atos administrativos, pautada pelo interesse público, respeitados os direitos adquiridos.

15. Nessa ótica, entendemos que a perpetuidade da licença sem remuneração não atende ao interesse público, pois a licença só deve ser concedida, visto seu caráter discricionário, quando não houver a possibilidade de remoção para outra unidade dentro do mesmo quadro de pessoal ou o exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Pública Federal para o desempenho de atividades compatíveis com o cargo daquele que pleiteia o exercício.

16. Como no presente caso, a servidora não demonstra nenhum problema de saúde que a incapacite de trabalhar, e diante da constatação de que há a possibilidade de remoção para uma Unidade de modo a garantir a unidade de sua família, entendemos ser possível a revogação da licença e a remoção *ex-officio*, para a cidade de Boa Vista.

CONCLUSÃO

17. Assim, verificando-se que houve alteração na legislação após a concessão da licença para acompanhamento de cônjuge, que aconteceu em 1994, bem como que é plenamente cabível a remoção de ofício no caso em apreço, porquanto foi criada uma unidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Boa Vista, entendemos inexistir fundamento para que a licença se perpetue indefinidamente, impedindo que a Administração possa utilizar da contraprestação laboral da servidora que se encontra ocupando um cargo público.

18. Portanto, diante da alteração fática sofrida na estrutura organizacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que torna possível à servidora o exercício das atribuições de seu cargo sem afastar-se do seu núcleo familiar, não vislumbramos nenhuma justificativa para que ela continue desfrutando de situação jurídica constituída com elementos fáticos que deixaram de existir.

19. Ademais, cumpre registrar que o deslocamento do cônjuge da servidora ocorreu para que ele pudesse tomar posse no cargo de juiz de direito do Estado de Roraima (cf. requerimento de fls. 1/2 do Processo Administrativo nº 08655.000409/92-81, anexo ao presente), local onde ambos fixaram residência, inexistindo, em princípio, qualquer perspectiva de que a servidora reassuma as atribuições do seu cargo na unidade administrativa em que se encontra lotada. Diante de tais fatos, a despeito de o § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, contemplar a figura do exercício provisório para acompanhamento de cônjuge, parece-nos que essa não é a solução mais adequada ao presente caso, uma vez que a permanência indeterminada da servidora e do seu respectivo cônjuge em determinado local desnatura por si só o caráter provisório do exercício.

20. Por todo exposto, e com supedâneo nos princípios da eficiência e da supremacia do interesse público, entendemos plenamente possível a revogação da licença para acompanhamento de cônjuge e, concomitantemente, a remoção de ofício da servidora para a cidade de Boa Vista. Cumpre registrar, por oportuno, que a citada remoção não ensejará o

pagamento de nenhuma verba indenizatória, porquanto se encontra sobejadamente demonstrado nos autos que a servidora já tem residência na cidade para a qual será removida e não suportará nenhuma despesa em razão dessa alteração de lotação.

21. Por fim, faz-se necessário consignar que no presente caso não se evidencia qualquer prejuízo para a servidora, uma vez que lhe será assegurada a manutenção do domicílio, com a conseqüente preservação da unidade familiar, ao tempo em que se proporciona a Administração a possibilidade de usufruir a contraprestação laboral devida por todo ocupante de cargo público.

22. Diante do exposto, encaminhe-se o processo à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, para conhecimento e demais medidas necessárias.

Brasília, 11 de novembro de 2009.

TÚLLIO CÉSAR AMORIM DE QUEIROZ
Administrador

MARIA REGINA FERREIRA DA CUNHA
Chefe da Divisão de Movimentação de Pessoal

De acordo, encaminhe-se à Senhora Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais, para apreciação.

Brasília, 11 de novembro de 2009..

VANESSA SILVA ALMEIDA
Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização
e Aplicação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, como proposto.

Brasília, 11 de novembro de 2009..

DANIELE RUSSO BARBOSA FEIJÓ
Diretora do Departamento de Normas e
Procedimentos Judiciais